

## A PRESENÇA DO NEGRO NO URBANISMO PAULISTANO: A IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS (1870-1908)<sup>1</sup>

**Tainã Antunes Valgas DÓREA<sup>2</sup>**

Bacharelada em Arquitetura e Urbanismo  
IFSP/Câmpus São Paulo

**Fausto Henrique Gomes NOGUEIRA<sup>3</sup>**

Doutor em História Social/USP  
Docente de História  
IFSP/Câmpus São Paulo

### RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a presença do negro no urbanismo paulistano, particularmente nas regiões centrais da cidade, a partir da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, entre os anos de 1870-1908, utilizando-se do conceito de *sociabilidade* estabelecido pelo historiador francês Maurice Agulhon (2009). Dessa maneira, procura construir algumas conclusões acerca da inserção do negro na dinâmica histórica da capital paulista naquele período.

**Palavras-chave:** Negro; Urbanismo; São Paulo; Sociabilidade.

### Introdução

Neste artigo utilizaremos o conceito de *sociabilidade* a partir das formulações do historiador francês Maurice Agulhon (1926-2014) para a compreensão da importância e do lugar social que a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos possuía no contexto da urbanização paulista entre o final do século XIX e início do XX.

O referido conceito está vinculado ao comportamento coletivo de grupos realizado em espaços específicos, nos quais os indivíduos estabelecem relações, convivalidades e elos de amizade e compartilham uma série de experiências significativas, fundamentais para a construção de suas identidades. Esses lugares sociais

---

<sup>1</sup> Trabalho resultante de Iniciação Científica. Orientador Prof. Dr. Fausto Henrique Gomes Nogueira.

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: tai.antunes9@gmail.com

<sup>3</sup> Endereço eletrônico: fausto@ifsp.edu.br

representam, assim, espaços nos quais os historiadores podem mergulhar o seu olhar para compreender as novas formas de relacionamento e afetividade em grupos sociais específicos.

Em sua tese de doutorado de 1966, Agulhon analisa algumas associações, como as confrarias religiosas, clubes e lojas maçônicas, demonstrando a riqueza e a importância que essas sociedades de cunho fraternal, religiosas ou laicas, tiveram na edificação de uma nova sociabilidade. O autor observa que

Se consideraba que la densidad y la vitalidad de los grupos sociales organizados, así fueran burgueses o populares, laicos o religiosos, expresaban la aptitud general de una población a vivir intensamente las relaciones públicas (sociabilidad), y que es aptitud reconocida (o, más exactamente, sospechada, entrevista, supuesta) en Provenza caracterizaba el temperamento regional (meridional) (AGULHON, 2009, p. 30).

Jean-Louis Guereña, ao analisar a importância das discussões em torno do conceito, observa que

En un texto corto y relativamente poco conocido, el propio Agulhon nos ha ofrecido una definición relativamente concisa que consideramos como la más global e integradora de diversas formas de sociabilidad, entendiendo por tal “los sistemas de relaciones que relacionan a los individuos entre sí o que les reúnen en grupos, más o menos naturales, más o menos forzosos, más o menos estables, más o menos numerosos”. Unos años más tarde, insistirá en esta cuestión de la formalización de la sociabilidad, en la aptitud a constituir y consolidar grupos humanos (GUEREÑA, 2003, p. 413).

As perspectivas de Agulhon desnudaram a possibilidade de se trabalhar com o conceito de sociabilidade para se compreenderem espaços muito variados, como associações formais e informais – como as confrarias religiosas –, ou uma multiplicidade de outros espaços, como cafés, clubes, praças, ruas, festas, vida familiar, sociedades de trabalhadores, esportivas etc.; possibilitando apreender diversas manifestações da vida coletiva (GUEREÑA, 2003, p. 413) e possuindo uma enorme aplicabilidade nos estudos historiográficos.

Nesse contexto, com relação ao espírito associativo que caracteriza as irmandades religiosas no espaço público brasileiro, essas associações forjaram centros

de sociabilidade não pertencentes às altas rodas, mas a classes populares de negros que se utilizavam de elementos mágicos e religiosos africanos e que muitas vezes se sincretizaram com outros elementos cristãos e espíritas na capital paulista entre o final do século XIX e início do XX (NEGRÃO, 2004, p. 558). Desse modo, desenvolvia-se um processo de interpenetração de imaginários entre os elementos advindos do catolicismo dos cultos afro-brasileiros em São Paulo do período, o que trazia ainda mais certo distanciamento da sociedade em relação a essas práticas, na medida em que sofreram muitas perseguições no contexto urbano, ao exercitarem práticas mágico-religiosas de origem popular (TRINDADE, 1991, p. 48).

### **A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em São Paulo**

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi fundada, em São Paulo, em 2 de janeiro de 1711. Em 1725, o ermitão Domingos de Mello Tavares conseguiu autorização para a edificação do templo no local onde atualmente se encontra a Praça Antônio Prado.

Conforme pontua Joviano Amaral, a data exata do início da construção é incerta, compreendida entre 1725 e 1750 (AMARAL, 1954, p. 41), embora Francisco Nardy Filho atribua o ano de 1737 ao término (ARROYO, 1971, p. 177). Destaca-se, ainda, a presença dos “malungos” na construção do edifício, denominação atribuída pelos negros africanos entre si como forma de reconhecimento e união.

O local destinado à igreja, situado na confluência das atuais ruas São Bento, Avenida São João e Praça Antônio Prado, constituía nesse período um subúrbio que o poder municipal escolhia para isolar enfermos (AMARAL, 1954, p. 41). Conhecido como Largo do Rosário, representava um tabuleiro natural do qual partia uma viela referida como Ladeira do Acu, consistindo numa trilha que ligava o lado da cidade e o lado do campo para além do Rio Anhangabaú (GUIMARÃES, 2005, p. 133).

Nesse contexto, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos atuava como importante polo de sociabilidade negra, prestando solidariedade (e estabelecendo o cuidado e proteção aos membros), homenagens aos mortos com missas, auxílios para sepultamentos etc., patrocinado pelas esmolos oferecidas pelos irmãos. Além disso, possuía uma vida religiosa bastante ativa, que pode ser comprovada pelas publicações

em jornais do período estudado, em que se destacava a ocorrência de festas católicas, missas de sétimo dia, dentre outras cerimônias, o que é demonstrado por inúmeras notícias nos jornais da época:

**Festas** - A de S. Miguel conforme comunicamos, que devia dar-se na Sé Catedral amanhã, fica transferida para o próximo domingo. Dá-se hoje a da devoção de N. Senhora das Dores na igreja do Rosário dos homens pretos, havendo ladainha à tarde (*Correio Paulistano*, 28 de setembro de 1873, p. 2).

A Irmandade como importante porta-voz da comunidade negra numa sociedade caracterizada por diversos enfrentamentos e preconceitos enraizados, colocava-se na posição de defensora dos interesses dos negros, em vários momentos nos quais eles eram excluídos da participação em instituições. Um exemplo disso é a notícia que demonstra uma reclamação da Irmandade em virtude da expulsão dos homens pretos de uma corporação, embora não haja detalhes sobre tal:

Pois bem; um dos membros da comissão nomeada para examinar ou confeccionar a dita reforma, o sr. Thomaz das Dores Ribeiro, apresentou uma emenda sobre o tal art. 10º restabelecendo o direito dos pretos naquela corporação, cuja emenda foi discutida e definitivamente aprovada (*Correio Paulistano*, 2 de agosto de 1870, p. 3).

Fundamental citar, nesse cenário, os festejos característicos da Irmandade e expressivos na comunidade que a rodeava, na medida em que “eram tocados de reminiscências africanas e tolerados pela igreja até certo ponto. Esse certo ponto foi a vizinhança que se desenvolvia em torno da Igreja” (ARROYO, 1971, p.181).

Interessante notar o tom de surpresa, e até de escândalo do cronista Antônio Egydio Martins, ao se defrontar com esse local de sociabilidade negra na cidade.

Por ocasião das solenidades que, antigamente, se efetuavam na igreja de N. S. do Rosário, em honra desta Santa, se realizavam também, em frente a mesma igreja, festejos populares postando-se ali um numeroso bando de pretos africanos, que executavam, com capricho, a célebre música denominada Tambaque (espécie de Zé Pereira), cantando e dançando com as suas parceiras, que, adornadas de rodilha de pano branco na cabeça, pulseira de prata, e de rosário de contas vermelhas e de ouro ao pescoço, pegavam no vestido e faziam requebrados, sendo

por isso victoriados [sic] com uma salva de palmas pela numerosa assistência; e, quando terminava a festa da igreja, os mesmos africanos acompanhavam, tocando quantos instrumentos esquisitos haviam, e cantando, o Rei e a Rainha, com a sua corte, composta de grande número de titulares e de damas, que se apresentavam muito bem vestidas (MARTINS, 1911-12, p. 82).

Para Raquel Rolnik, essas práticas são fundamentais na constituição de uma identidade dos grupos negros e é uma das formas a partir das quais as irmandades religiosas desempenham a sua função social na “cartografia africana na cidade” (ROLNIK, 1997, p. 63):

A dança, o rito e o ritmo têm uma função essencial no ser afro-brasileiro. Através da dança, o espírito se reabastece de força cósmica e se reatualizam os saberes do culto. Nesse sentido, a dança tem um sentido iniciático, expondo e comunicando um saber incomunicável em termos absolutos, por não poder se reduzir aos signos de uma língua falada ou escrita. O saber transmitido pela dança recompõe uma memória mítica; fazendo o corpo vibrar ao ritmo do Cosmos, provocando nele uma abertura para o advento da divindade, o corpo se transforma em metáfora da divindade (ROLNIK, 1997, p. 68).

### **Sociabilidades negras, entre disputas e perseguições**

O processo de modernização e urbanização vivenciado pela cidade de São Paulo, produto do rápido crescimento da economia cafeeira, do desenvolvimento do mercado interno e do comércio, do crescente incremento da indústria e da expansão das ferrovias, a partir das últimas décadas do século XIX, possibilitou o aumento da população urbana, especialmente a partir do intenso afluxo de imigrantes em direção ao estado, com o objetivo inicial de fornecer braços para a lavoura cafeeira, mas que, posteriormente, foi se transferindo para as cidades, ao mesmo tempo em que a escravidão era extinta e muitos libertos se mudaram para a capital. Esse processo articulou novas experiências e sociabilidades a partir de grupos sociais que se encaminharam para a urbe paulistana (NOGUEIRA, 2015, p. 14-15).

No entanto, a cidade de São Paulo possuía uma enorme desigualdade social, especialmente nas condições entre brancos e negros. O crescimento da cidade pensada pelas elites se inspirava em modelos europeus:

O requinte, a riqueza, o esplendor, a sofisticação e a intensa movimentação que podiam ser observados no solo da cidade de São Paulo como que expressavam os avanços da civilização moderna em terras brasileiras. A fisionomia cada dia mais europeizada de uma urbe progressista que se estava brotando nas terras do planalto erguida pelo espírito bandeirante das elites dirigentes do Estado, tinha como uma de suas consequências o fortalecimento da hegemonia dessas elites no cenário político do país, de sorte que as vicissitudes e circunstâncias que cercavam a construção de uma infra-estrutura moderna na cidade ficaram marcados pelos meandros da construção dessa identidade bandeirante. As tensões que envolviam a elaboração [de] uma identidade paulista moderna, empenhada na ‘regeneração’ da nação e no progresso do Brasil, constituíam-se em elementos do *ethos* urbano de São Paulo, componentes da configuração da fisionomia cosmopolitizada daquela que convencionou chamar-se de a *metrópole do café* (KOGURUMA, 1998, p. 123).

Ao mesmo tempo, a presença dos negros foi de suma importância para a modernização da cidade. Para Liana Trindade,

Os afro-descendentes participaram ativamente da transformação estrutural da Província de São Paulo. Quando esta região tornou-se o núcleo do comércio da empresa cafeeira, os negros migrantes da região rural e os aqui residentes, como escravos ou alforria, transformaram-se em um dos principais agentes sociais da urbanização de uma sociedade que ainda era a extensão da cultura rural cafeeira. Os negros atuaram na formação dos setores administrativos, no comércio de produção e vendas de produtos de bens de consumo interno, atividades que caracterizam a emergência da urbanização (2004, p. 101).

Embora esse grupo social tivesse presença em muitos espaços públicos, como os mercados e ruas do centro, havia um estranhamento na cidade em relação aos negros, e seus locais de sociabilidade não eram bem vistos, pois poderiam “ameaçar” a ordem social (TRINDADE, 2004, p. 102). Mesmo após a abolição, o convívio não era tranquilo, existindo certo sentimento de rejeição pelos brancos; os negros não possuíam acesso a muitos espaços como restaurantes e praças públicas, exceto em bairros pobres e em algumas localidades no centro da cidade (TRINDADE, 2004, p. 109). Seus espaços de sociabilidade estavam restritos, muitas vezes, a suas associações.

A partir do processo de urbanização da cidade e de modernização paulista, o centro da cidade se transformou em cenário de modificações urbanas com o discurso de embelezamento da cidade, o que forjou diversas obras, especialmente pelo prefeito

Antônio da Silva Prado, cujos projetos seguiam moldes europeus, como a ampliação da Praça da Sé e a construção da Praça Antonio Prado, o que levou o prefeito a remover a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do local. Como citado acima, o local era um polo de atração da comunidade negra, onde se encontravam para participar das festividades católicas, mas também onde se realizavam batuques e congadas. Para a administração pública, era importante manter distantes as referências à escravidão e aos negros paulistanos. As alterações urbanas e sociais na cidade tornaram-se decisivas para agravar os conflitos com os grupos sociais negros da capital. A modernidade a ser alcançada tinha como modelo a Europa e possuía aversão a tudo aquilo que não fosse europeu.

Frúgoli Jr. observa que,

Por sinal, a reurbanização do Largo Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (com a transferência para o Paissandu), local então de forte concentração de negros no Centro – onde, além das procissões, eram promovidas congadas, batuques, sambas, moçambiques e caiapós (manifestações culturais de origem africana e indígena) –, representou sem dúvida uma sanção moral, disciplinar e higiênica por parte das autoridades municipais, com o respaldo de parcelas da opinião pública, já que o local representava um típico espaço de concentração dos representantes nacionais das ‘classes perigosas’, com cronistas que consideravam tais festejos populares ‘anacrônicos’ e ‘selvagens’, sendo as aglomerações vistas como ‘escolas do crime’, culminando também num projeto de lei posterior que veio proibir batuques e cateretês dentro da cidade (FRÚGOLI JR., 2000, p. 52).

Joviano Amaral ressalta que “a existência da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo se desenvolveu sempre num clima de ameaças e de intranquilidade” (AMARAL, 1954, p. 69). A comunidade que vivia nas terras pertencentes à Irmandade, composta por africanos livres que estabeleceram quitandas nas quais vendiam doces, geleias, legumes, hortaliças, mandioca, pinhão, milho verde e cozido (MOURA, p. 217), foi o primeiro alvo de desapropriação para as propostas municipais de expansão urbana; já em 1871-72, as casas constituintes dessa comunidade haviam sido desapropriadas.

O ápice de tal situação ocorreu em 1903, com a determinação do prefeito Antônio Prado para a demolição do antigo templo, com vistas ao alargamento do Largo do Rosário (atual Praça Antônio Prado). Interessante notar a consideração do cronista Alfredo Moreira Pinto, que em 1900 já observava o desejo em realocar a igreja:

Largo do Rosário:

É o cérebro e o coração de S. Paulo; é o ponto em que estacionam os bondes, que dali tomam direções diferentes.

Pena é que seja tão estreito, concorrendo para isso a Igreja do Rosário (PINTO, 1900, p. 17).

Em 1904, assim, ocorreu a mudança da Irmandade e a construção do templo no Largo do Paissandu, estando sob o comando das obras, junto à Irmandade, os construtores associados Rossi & Brenni (AMARAL, 1954, p. 121). Os protestos e resistência da Irmandade contra a mudança de sua sede foram infrutíferos, e a igreja foi demolida.

Embora realocada e tendo parcela de suas propriedades reduzidas (já que o lote de terra destinado à Irmandade contemplava apenas a construção da Igreja, rejeitando as comunidades anteriormente adjacentes), ocorreu uma intensa resistência dos moradores do Largo do Paissandu quanto ao novo endereço do templo, conforme pontua Joviano Amaral:

Acontece que os moradores do dito largo - e até pessoas e famílias que nada tinham a ver com a coisa - se insurgiram contra a construção da igreja no local e, alegando todos os motivos possíveis, tentaram entrar e embargar as obras, dirigindo extenso memorial à Câmara Municipal (AMARAL, 1954, p. 121).

Nesse sentido, houve dificuldade para se estabelecerem no novo espaço oferecido pela prefeitura. A leitura da documentação indica que a população da região resistiu à presença negra no Paissandu e se esforçou continuamente para impedir a mudança da igreja. A Lei 698 de 24/12/1903 evidencia tal fato através da presença de um abaixo-assinado dos moradores da região, enviado em 10/11/1903 (SÃO PAULO, 1903, p. 24), que contesta o acordo celebrado entre o prefeito Antônio Prado e a Irmandade do Rosário, afirmando ser “atentatório aos direitos adquiridos pelo povo” e que “vem prejudicar uma das mais belas praças do município” (SÃO PAULO, 1903, p. 24)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> As próximas citações referem-se a um conjunto documental apensado à Lei 698 de 24/12/1903, que registra todo o processo de transferência da igreja do Rosário para o Paissandu, os abaixo-assinados dos moradores contrários à mudança da igreja e à construção do novo edifício. A documentação foi

As razões dos moradores são vagas, argumentando que a construção iria ocasionar modificações no Largo, ao mesmo tempo em que não melhoraria a locomoção dos pedestres, prejudicando, assim, os moradores, “cujas famílias ali encontram o seu recreio diário” (SÃO PAULO, 1903, p. 25). Ao mesmo tempo, afirmam a ilegalidade de um logradouro público ser cedido para “gozo particular”. Por fim, indicam que não existiria necessidade de a Igreja do Rosário ser construída naquele local, ao mesmo tempo em que indicavam outro terreno, no prolongamento da rua Visconde do Rio Branco, que possuía um terreno particular e poderia ser adquirido para tal fim (SÃO PAULO, 1903, p. 25).

A prefeitura negou a solicitação, indicando que agiu de acordo com a lei, além da dificuldade em se obter um terreno apropriado na cidade para a construção da igreja. No entanto, os moradores não se deram por vencidos e deliberaram outro abaixo-assinado dirigido à Câmara, argumentando, nesse momento, que o Largo do Paissandu representava uma área limitada, procurando demonstrar interesse pelas necessidades da Irmandade, o que possibilitaria apenas a construção de uma pequena capela.

A mudança na argumentação ocorreu, possivelmente, pela repercussão do primeiro documento, que procurava acobertar um tom preconceituoso, e que avaliava apenas os interesses dos moradores do Largo. Agora, em tom mais amistoso, procurava considerar os interesses da Irmandade, que poderia ser prejudicada pelo tamanho limitado da construção que “nem poderá conter o avultadíssimo número de fiéis que costumam frequentar aquela igreja” (SÃO PAULO, 1903, p. 28), assim expressando certa preocupação com a quantidade de pessoas que iria se concentrar no local durante as festividades.

Nesta segunda solicitação, chegaram a oferecer um novo terreno, localizado à rua Coronel Xavier de Toledo, nº 3 e nº 5, além de outras opções. Com proporções maiores do que aquele, forneceria uma melhor localização à igreja. Surgiram, posteriormente, várias pessoas interessadas na venda de terrenos, o que indica uma consulta dos moradores para conseguir opções e muitos proprietários procurando lucrar com uma possível aquisição por parte da prefeitura.

---

pesquisada no Fundo da Câmara Municipal de São Paulo no Arquivo Municipal de São Paulo entre março e abril de 2018.

Contudo, apesar dos inúmeros esforços dos moradores, o acordo entre a Câmara Municipal e a Irmandade dos Homens Pretos prevaleceu. De qualquer forma, a mudança trouxe uma nova territorialização dos grupos sociais negros na capital que passaram a ter na nova sede no Paissandu, onde se localiza até hoje, um local de encontro e de sociabilidade negra na capital. Adquiriu representatividade e se constituiu como uma “referência simbólica”, o que mais tarde fez com que a prefeitura inaugurasse uma estátua no local homenageando a Mãe Preta em 1955.

### **Considerações finais**

Ao longo de sua história, a Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos de São Paulo foi fundamental na reunião da comunidade negra e na constituição de sua identidade, construindo um importante circuito de sociabilidade negra na cidade.

Dessa forma, a partir desse breve panorama do percurso da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos, entre o final do século XIX e início do XX, constata-se o teor de uma urbanização que, de acordo com muitos autores, se desenrolou com fortes traços de intolerância, desprezo e desconsideração em relação a outras demandas sociais, em especial com as classes populares, os negros e os libertos (FERREIRA, 2011, p. 78).

Essa visão é corroborada por Raquel Rolnik ao observar que a face urbana desse processo é uma espécie de projeto de “limpeza” da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado, pois “um dos principais alvos de intervenção foram (...) justamente os territórios negros” (ROLNIK, 1989, p. 6).

Pode-se acrescentar, nesse contexto, uma pertinente comparação arquitetônica entre o edifício da Igreja construída no Largo do Paissandu e a antiga sede da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, ressaltando a ótica de Richard Morse sobre a análise arquitetônica num contexto histórico, uma vez que o historiador observa que tal estudo deve considerar “um índice sociológico, cultural e econômico” (MORSE, 1970, p. 254). A construção, caracterizada como neorromânica, exprime o gosto estético pautado nos moldes europeus ditados pela elite da época, contrastando-se com o antigo edifício da Igreja localizado na Praça Antônio Prado, adequando-se à concepção plástica

estimada pela elite em detrimento da expressividade dos elementos arquitetônicos da comunidade negra pertencente à Irmandade dos Homens Pretos.

Assim, ainda que a sua presença na historiografia urbana paulistana seja negligenciada, torna-se de suma importância a compreensão da inserção da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos no contexto de urbanização de São Paulo, considerando a contribuição para a análise dos núcleos negros para a formação da cidade.

Nesse processo, o ambiente cultural da cidade, pautado por uma multiplicidade de referências étnicas e culturais, facilitou uma série de reconstruções das culturas religiosas existentes em São Paulo, principalmente as das camadas subalternas da sociedade, produzindo sincretismos religiosos e demonstrando a acolhida dessas ideias no imaginário social do período.

A presença de outros imaginários, além do catolicismo europeu, demonstra o entrecruzamento entre formas de crenças e práticas mágicas e religiosas, no qual estavam inseridos curandeiros, benzedeadas, tanto de matriz afro-brasileira, como do catolicismo popular, com origens diferentes, mas que se imbricavam nesse momento, sofrendo processos de ressignificação.

O estudo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e da dinâmica espacial por ela sofrida no final do século XIX e início do século XX permite, assim, resgatar a memória negra da historiografia de São Paulo e compreender a inserção dos negros nesse espaço que representa um dos eixos formadores da capital paulistana.

## Referências

AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**. La sociabilidad en Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

AGULHON, Maurice. La sociabilidad como categoria histórica. In: FUNDACIÓN MARIO GONGORRA. **Formas de sociabilidade em Chile 1840-1940**. Santiago de Chile: Vivaria, 1992.

AGULHON, Maurice. **Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence**: essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.

AMARAL, Joviano. **Os pretos do Rosário de São Paulo**: subsídios históricos. 2.ed. São Paulo: Scortecci, 1954.

ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo**: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FERREIRA, J. S. W. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo “à brasileira”. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, 2011.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Edusp, 2000.

KOGURUMA, Paulo. Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na Metrópole do Café, 1890-1920. Dissertação de Mestrado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

MARTINS, Antônio Egydio. São Paulo antigo (1554 a 1910). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C.; São Paulo: Typ. do Diario Official, 1911-12. 2 v.

MORSE, Richard McGee. **Formação histórica de São Paulo**: de comunidade à metrópole. São Paulo: DIFEL, 1970.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Religiões afro-brasileiras: candomblé, macumba e umbanda. In: PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**: a cidade no Império. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

NOGUEIRA, Fausto H. G. Os espíritos assombram a metrópole: sociabilidades espiritualistas (espírita e esotérica) em São Paulo na Primeira República. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

PINTO, Alfredo Moreira. **A cidade de São Paulo em 1900**: impressões de uma viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, CEAA, Universidade Cândido Mendes, n. 17, set. 1989 Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territo3b3rios-negros.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2018.

TRINDADE, Liana Maria Salvia. O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TRINDADE, Liana Maria Salvia. Construções míticas e história: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII à atualidade.

Tese de Livre Docência em Antropologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

***THE PRESENCE OF BLACK IN PAULISTAN URBANISM: THE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS CHURCH (1870-1908)***

**ABSTRACT**

*The article aims to analyze the presence of the black in urban planning in the city of São Paulo, particularly in the central regions of the city, from the Church of Our Lady of the Rosary of the Black Men between the years 1870-1908, using the concept of sociability established by the French historian Maurice Agulhon. In this way, it tries to construct some conclusions about the insertion of the black in the historical dynamics of the São Paulo capital in that period.*

**Keywords:** *Black; Urbanism; São Paulo; Sociability.*

**Envio em: novembro/2018**  
**Aceito para publicação: fevereiro/2019**